

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

As Províncias americanas

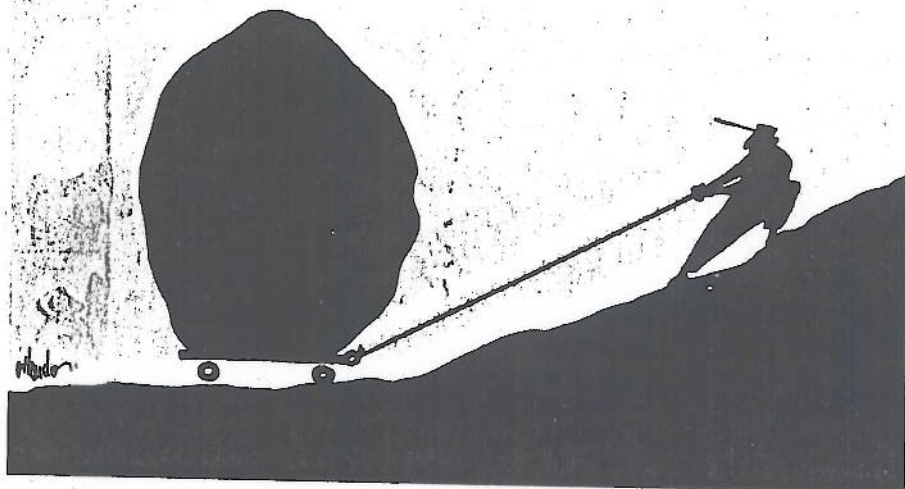
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Ninguém pode acusar-me de socialista, pois nunca acreditei no "Estado empresário". Sempre entendi que a maioria dos políticos objetiva o poder mais do que servir à sociedade, sendo a história da humanidade um melancólico desfilar dessa linha aérea de busca do domínio em que o povo é, quase sempre, a grande vítima. Quanto maior o Estado, tanto pior para a sociedade. Lembro as palavras de Helmut Kuhn, autor da monumental obra "O Estado", que o define como uma "mera estrutura de poder". Por isso, sinto-me à vontade para criticar a deletéria política dos EUA para os países em desenvolvimento, principalmente os seus vizinhos no continente. Sem abrir mão de um arcaico protecionismo, impõem a livre concorrência em todas as áreas econômicas nas quais sua superioridade tecnológica e de recursos torna a competição impossível. Não há competitividade comercial entre grandes e pequenos, entre fortes e fracos, entre tecnologia moderna e ultrapassada, entre ricos e pobres.

A globalização econômica é fruto da queda do Muro de Berlim. O mundo deixou de enfrentar a bipolaridade do poder mundial; uma única nação assumiu seu comando, passando a determinar as regras do jogo da competitividade absoluta. É a mesma nação que, após o segundo choque do petróleo e a Rodada de Tóquio (1979), propugnou pela volta de um protecionismo jurássico a favor dos países desenvolvidos, em face de uma inflação que chegava a dois dígitos anuais nos EUA.

Nitidamente, o Grupo dos 7 (o oitavo parceiro não tem expressão "econômica"), ao decidir os critérios que a comunidade internacional deve seguir em matéria econômica, examina primeiro seus próprios interesses e de que forma pode conquistar os mercados desprotegidos, carentes de tecnologia e de capital, para depois passar à imposição de seus estilos mercantis.

Todos os países em desenvolvimento, na década de 90, buscaram corrigir o delicado problema da inflação. A vitória só foi possível por mecanismos recessivos e geradores de desemprego, única forma de não dar fôlego ao aumento de preços. Por outro lado, a desnacionalização do parque empresarial, pela falta de capitais e de tecnologia, a



substituição do produto nacional pelo importado, por ser menos oneroso, os juros elevados (inibidores do desenvolvimento interno) e, no Brasil, a falaciosa política tributária, que elevou a carga impositiva a pisos estratosféricos pela adoção prioritária da "técnica cumulativa" para Cofins, PIS e CPMF (a mais retrógrada de todas as formas impositivas), anularam a capacidade de crescimento dessas nações. A cumulatividade fiscal privilegia o produto importado, quase inatingido por ela, e prejudica o nacional, que suporta "n" vezes a superposição de incidências.

Graças a essa infeliz técnica arrecadatória, o Brasil passou a ser um excelente gerador de empregos em outros países, perdendo competitividade no mercado externo e encolhendo sua participação no mercado interno.

A par disso, variados motivos levaram os países latino-americanos a não conseguir conquistar a União Européia para seus produtos agropecuários; estes sofreram baixa acentuada de preços no mercado

externo. Adicionem-se a tal realidade as sobretaxas americanas em relação a produtos estrangeiros mais competitivos que os seus; isso inviabiliza sua importação, sob a enganosa argumentação de que são subsidiados, sem que se reconheça serem tais produtos, muitas vezes, "dessubsidiados" pelas políticas monetária, cambial e tributária dos países emergentes exportadores. É que as regras da Organização Mundial do Comércio (que impõe sanções determinadas pelos grandes países, principalmente os EUA) relacionam aquilo que consideram "subsídios" e excluem os dolorosos "dessubsídios", que somente os países emergentes praticam.

Por essa razão, os Estados Unidos, que possuem balança comercial deficitária com as nações mais fortes e com a União Européia, aumentaram consideravelmente suas exportações para os países emergentes à custa da globalização. Em um filme de sucesso, "Air Force One", um terrorista russo diz ao sequestrado presidente americano que a globalização fizera da Rússia uma terra de mafiosos e prostitutas, o que não chega a ser uma inverdade.

O certo é que a recente proibição à exportação de aço brasileiro para os EUA, com o governo americano submetendo os produtores nacionais a um ignominioso acordo sob ameaça de retaliações maiores, demonstra que a América Latina está se transformando em uma Província americana. Os EUA passaram a ser um país composto por Estados (que elegeram um presidente praticante de pornografia pública e influem na definição da sorte dos demais países do globo sem a oitiva da ONU, como no caso da destruição de fábricas no Sudão ou da própria Iugoslávia) e por Províncias latino-americanas, condenadas a obedecer às regras de um jogo em que o vencedor é sempre aquele que as estabelece.

Como a "pax romana", espero que a "pax americana" também termine, para que as nações menos desenvolvidas sejam realmente capazes de criar seu destino, fazendo com que os países desenvolvidos compreendam que elas necessitam de saídas para crescer, desde que façam sua própria lição de casa. Essa lição passa certamente pela redução das estruturas esclerosadas de máquinas administrativas ultrapassadas.

Ives Gandra da Silva Martins, 64, advogado tributário, é professor emérito das universidades Mackenzie e Paulista e da Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, presidente da Academia Internacional de Direito e Economia e do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

Os EUA passaram a incluir as Províncias latino-americanas, condenadas a obedecer às regras